

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: A força da Petrobras.....	1
Título: Fim da trégua na inflação.....	3
Título: Odebrecht dá 1º passo para voltar a fornecer serviços à Petrobras	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Mobilização de caminhoneiros faz mês de junho ter maior inflação em 23 anos	6
Título: Auditoria vai identificar custos da energia térmica	8
Título: Empresa do pré-sal espera leilão competitivo	8
Título: Consumidor paulistano ainda encontra gás sem aumento	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Desconto no diesel fica abaixo de R\$ 0,46.....	11
Título: Petrobrás assina termo para retirar bloqueio à Odebrecht	12

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Felipe Coutinho

Título: A força da Petrobras

O Brasil tem, graças à Petrobras, forte indústria petrolífera. Embora nova, 63 anos, em indústria de 180, a empresa está entre as dez maiores do mundo. O país tem produção superavitária e reservas crescentes. É líder mundial em águas profundas. Das cinco maiores petroleiras, quatro são estatais; entre as 20, são 13. A intervenção do Estado tende a crescer, imposta pelo valor estratégico do petróleo.

A competência da Petrobras é reconhecida por concorrentes e sucessivos prêmios, concedidos por organizações de prestígio como a Offshore Technology Conference (OTC). Exportar cru e importar derivados não é boa política para o Brasil. Nenhum país se desenvolveu exportando matérias-primas para multinacionais estrangeiras. É preciso agregar valor ao petróleo e distribuir nacionalmente a renda petroleira. Da política de preços de Pedro Parente vieram os preços altos que culminaram com a greve dos caminhoneiros.

A estatal adotou preços mais altos que os internacionais, apesar de produzir e refinar seu petróleo no Brasil. Preços altos, em especial do diesel, viabilizaram a lucratividade da cadeia de importação, que ocupou até 30% do mercado da Petrobras. O resultado foi o encalhe do diesel brasileiro, o que limitou a produção das refinarias com ociosidade de até 30%.

Da política de preços resulta a exportação de petróleo cru, enquanto se importam derivados, e o parque de refino fica ocioso. Perdem os brasileiros, que pagam mais caro; a Petrobras, com redução do seu mercado. Ganham os refinadores dos EUA, os traders estrangeiros e distribuidores concorrentes. Temos capacidade de produzir e abastecer o mercado, mas a política de preços pode impedir. Erros do passado não justificam os atuais.

Errou Parente, erra Monteiro, ao abandonar investimentos no refino. Equívoco, ainda maior, é a venda de refinarias. Na verdade, alienação às empresas estrangeiras do mercado brasileiro de derivados. O mercado brasileiro do refino é aberto e competitivo, faz parte da Bacia do Atlântico, como demonstra a recente invasão do mercado pelo diesel produzido nos EUA, resultado dos preços altos da Petrobras.

É descabida a exigência de preços internacionais como condição para investimentos no refino. Ainda mais estranho é o desejo de impedir a ação do Estado brasileiro no setor. O que desejam? Acesso ao sétimo mercado do mundo e a renúncia do Brasil ao controle sobre setor estratégico?

A dívida da Petrobras é proporcional às reservas em desenvolvimento do pré-sal, aos investimentos de mais de US\$ 250 bilhões, de 2009 a 2014, e perfeitamente administrável para companhia que, entre 2012 e 2017, manteve entre US\$ 13,5 bilhões e US\$ 25 bilhões em caixa, apresentou geração

operacional superior aos US\$ 25 bilhões por ano e índice de liquidez corrente sempre superior a 1,5. O pré-sal já produz 1,8 milhão de barris equivalentes por dia, mais de 55% da produção nacional, nível alcançado em tempo recorde. A quantidade crescerá, significativamente, nos próximos anos.

Felipe Coutinho é presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Daiane Costa

Título: Fim da trégua na inflação

IPCA em 12 meses chega a 4,39% e mercado já vê risco de alta de juros antes do fim do ano

A inflação entrou em novo patamar em junho, ao ultrapassar os 4% em 12 meses pela primeira vez desde abril do ano passado, e deixou para trás a única sensação de bem-estar econômico dos brasileiros. Segundo economistas, o resultado, de 4,39%, tende a acelerar um pouco mais até o fim do ano e pode pôr em risco o cumprimento do centro da meta de 4,5% estabelecida pelo Banco Central. Os preços mais altos devem pressionar os juros para cima e já há analistas prevendo que o BC tenha de voltar a elevar a taxa básica de juros antes do fim do ano. O novo patamar da inflação é resultado de uma disparada em junho, quando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, usado nas metas do governo), pulou de 0,40% em maio para 1,26%, a maior para o mês desde 1995, informou ontem o IBGE.

A energia elétrica subiu, em média, 7,93%, com a cobrança da sobretaxa da bandeira vermelha no patamar mais elevado sobre as contas de luz e reajustes nas regiões metropolitanas que chegaram a 21,51% em Porto Alegre. Os preços de alimentos (alta de 3,09%), gasolina (5%) e etanol (2,22%) foram afetados pela greve dos caminhoneiros. E o IPCA ainda não refletiu a alta do dólar nas últimas semanas. — Acabou a paz do IPCA. O brasileiro nem chegou a sentir os efeitos de uma inflação e juros mais baixos e já terá de se acostumar com patamares mais altos. Mesmo quando a inflação média ficou abaixo dos 3%, havia pessoas tendo de trocar o gás por lenha para cozinhar. Temos uma taxa de desemprego muito alta, e a renda não cresce. Isso mina o consumo — analisa André Perfeito, economista da Corretora Spinelli.

EFITOS DA GREVE DOS CAMINHONEIROS

Na última década, a inflação média mensal de julho a dezembro foi de 0,42%, explica o economista da PUC-Rio Luiz Roberto Cunha. Para que o IPCA deste ano

não ultrapasse os 4,5%, as taxas de cada mês deste segundo semestre não podem ficar acima de 0,30%. Tarefa difícil, tendo em vista o risco de pressão de um dólar mais caro sobre os preços. Além disso, a inflação estava muito baixa no ano passado — com isso, no acumulado em 12 meses, daqui para frente, vão sair da conta as taxas mensais excepcionalmente baixas de 2017. Apesar de a inflação voltar a crescer, os consumidores não devem sentir no bolso tanta diferença, explica o economista da PUC-Rio: — Essa previsão de inflação mais alta para 2018 se deve a junho, que está fora da curva porque foi afetado pela greve dos caminhoneiros, pelo risco de o câmbio subir ainda mais e devido a esse efeito de base de comparação.

No segundo semestre do ano passado, quatro das taxas mensais ficaram entre 0,16% e 0,28%. Isso dificilmente vai se repetir. A alta dos juros não deve ser a curto prazo, segundo os analistas. Perfeito estima que o primeiro aumento, de 0,25 ponto percentual na Selic, passando para 6,75% ao ano, deve ocorrer em outubro, quando a inflação estará ainda mais próxima da meta, e as eleições podem fazer o dólar subir. Segundo o economista, a tendência é que a taxa de juros Selic encerre 2018 em 7,25%. Para Cunha, os juros só devem subir no fim de 2018: — O Banco Central vem atuando bem para conter a alta do dólar, mas isso só terá efeitos a curto prazo. Em junho, alguns alimentos tiveram forte alta devido à greve dos caminhoneiros. Batata-inglesa subiu 17,6%, leite longa vida teve alta de 15,63%, e frango inteiro, de 8,02%.

As carnes ficaram 4,60% mais caras. De acordo com Cunha, as coletas de preços de julho já apontam que os alimentos estão cedendo. Segundo Fernando Gonçalves, coordenador de Índices de Preços do IBGE, os preços do leite foram os que mais demoraram a ceder depois do fim da paralisação, porque os produtores perderam muito leite. Já os das hortaliças voltaram à normalidade ainda em junho. Tiveram deflação de 0,65%, em relação a maio. A paralisação do transporte de cargas durou dez dias, a partir de 21 de maio: — Depois da greve, os preços desses três itens estavam mais altos do que os colhidos antes da paralisação, mas devem voltar a ceder.

MAIS REAJUSTES DE ENERGIA

A energia seguirá pressionando devido a aumentos das tarifas pelas concessionárias do serviço em duas capitais: Curitiba e São Paulo. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a cobrança extra da bandeira vermelha no patamar dois, o mais elevado, nas contas de julho. Mas não haverá efeito sobre a inflação porque em junho já estava em vigor. Os economistas André Braz, do Ibre/ FGV, e Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria Integrada, não veem risco de a inflação ultrapassar a meta estipulada pelo Banco Central. Segundo Braz, junho foi atípico, e vários fatores que fizeram os preços subirem, como a desvalorização cambial e a greve dos caminhoneiros,

tendem a não se manter ao longo do ano: — Houve uma tempestade em junho, então a tendência é que a inflação desacelere nos próximos meses.

Os preços de julho já mostram desaceleração. A projeção mais otimista é de 4%. A mais pessimista é 4,2%, abaixo da meta. Alessandra prevê que a inflação fique em 3,7% para este ano. Segundo a economista, a inflação acumulada em 12 meses deve chegar a 4,5% em julho e assim permanecer até setembro, quando voltará a ceder, principalmente por causa dos serviços. A inflação acumulada em 12 meses vem caindo há nove meses seguidos. Em junho, ficaram em 3,14%. Há um ano, estavam em 5,42%. No primeiro semestre, as altas de preços foram concentradas. Juntos, gasolina (12,17%), energia elétrica (8,02%), planos de saúde (6,55%) e cursos regulares (5,45%) responderam por metade da alta de 2,6% do IPCA no período.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Odebrecht dá 1º passo para voltar a fornecer serviços à Petrobras

Alvo da Lava-Jato, empreiteira era vetada em licitações desde 2014

A Petrobras e a Odebrecht vão firmar um termo de compromisso que é considerado o primeiro passo para que as empresas do grupo voltem a prestar serviços em novos contratos à estatal. Investigadas pela Lava-Jato por envolvimento num esquema de pagamento de propina a executivos da Petrobras, as empresas estavam impedidas de fornecer serviços à petroleira desde 2014. A celebração do termo de compromisso foi aprovada pela diretoria da Petrobras ontem, e este deve ser assinado em breve. No entanto, segundo comunicado da estatal ao mercado, ainda está previsto um conjunto de obrigações, que terão de ser atendidas dentro de um processo chamado Grau de Risco de Integridade (GRI), para que o bloqueio cautelar seja levantado. É esse bloqueio — vigente desde 29 de dezembro de 2014 — que impede as empresas de participarem das licitações. A Petrobras explicou que a Odebrecht tornou-se elegível a ser reincorporada à lista de fornecedores devido aos acordos de leniência (espécie de delação premiada de empresas) firmados com o Ministério Público Federal e as autoridades americanas em 2016.

Atualmente, estão sujeitas ao bloqueio a Construtora Norberto Odebrecht (atual Odebrecht Engenharia e Construção) e a Odebrecht Óleo e Gás (atual Ocyan). A primeira empresa a sair da lista de bloqueio será a Ocyan. A Odebrecht Engenharia e Construção, por sua vez, será reavaliada somente após o cumprimento dos pontos de melhoria específicos de seu programa de integridade. Para o especialista do setor de óleo e gás Adriano Pires Rodrigues, a

medida da Petrobras foi positiva e permitirá às empresas do grupo retomar as atividades: — É um sinal de que se está voltando à normalidade, porém com uma relação entre Petrobras e as empresas muito mais cuidadosa e vigiada. É preciso avançar porque elas não podem ficar fora do jogo, senão vão quebrar e gerar mais desemprego.

ACORDO COM BANCOS

Em maio, a Odebrecht fechou um acordo com bancos para ter acesso a uma nova linha de financiamento no montante de R\$ 2,6 bilhões e alongar créditos de curto prazo que já havia tomado com estas instituições, agora com juros menores. Apesar do acordo, a empresa ainda não equacionou suas finanças. Em nota, a Ocyan afirma que a retirada do bloqueio cautelar e a reavaliação do GRI permitirão sua participação em licitações da Petrobras para ativos de produção e serviços de manutenção offshore. A Ocyan opera atualmente nove unidades contratadas pela Petrobras: cinco sondas de perfuração, duas plataformas (FPSOs) de produção, e dois navios lançadores de dutos. Uma fonte próxima à Ocyan destacou a importância da decisão da Petrobras porque a empresa nunca esteve envolvida nas irregularidades, mas foi prejudicada por fazer parte do grupo Odebrecht. Já a holding Odebrecht disse em nota que recebeu a decisão da Petrobras “como um reconhecimento do resultado que vem obtendo há mais de dois anos na adoção de um conjunto de medidas para prevenir, detectar ou punir qualquer tentativa de desvio ou crime”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Mobilização de caminhoneiros faz mês de junho ter maior inflação em 23 anos

O IPCA, índice oficial de inflação no país, teve alta de 1,26%, na maior alta para o mês de junho desde 1995. Considerando todos os meses, foi o maior índice desde janeiro de 2016. Em maio, a inflação havia sido de 0,4%.

Pesquisas das agências Reuters e Bloomberg apontavam que a expectativa de analistas era de alta de 1,28%.

A paralisação de caminhoneiros começou dia 21 de maio e durou n dias. Bloqueios em estradas do país levaram ao desabastecimento de alimentos e combustíveis.

O grupo de alimentos e bebidas teve a maior variação, de 2,03% em junho, na esteira do aumento de preços observado em razão da escassez de produtos nas prateleiras.

O leite longa vida, que teve alta de 15,63%, e o frango inteiro, que variou em 8,02%, registraram fortes altas em junho.

A batata-inglesa, que disparou de preço nos principais centros de distribuição do país, teve alta de 17,16% em junho, após aumento de 17,51% em maio. Carnes bovinas ficaram 4,60% mais caras no período.

Segundo o IBGE, desde janeiro deste ano que o grupo alimentos e bebidas não registrava alta superior a 2%.

Como muitos alimentos ficaram retidos em bloqueios centros de distribuição e supermercados ficaram sem produtos. Após o fim da paralisação, houve uma corrida dos consumidores aos mercados, o que postergou por alguns dias a volta à normalidade no abastecimento.

O IPCA-15, que é uma prévia da inflação oficial, já havia apontado tendência de alta do indicador de junho.

Entre os nove grupos de bens e serviços investigados pelo IBGE, apenas dois não tiveram altano período: vestuário e comunicação.

Habitação (2,48%), transportes (1,58%) e alimentos (2,03%) respondem por cerca de 60% das despesas das famílias e sua variação puxou para cima o índice de junho.

Além da alimentação, a mobilização de caminhoneiros também teve impacto no segmento de transportes, mais precisamente nos combustíveis. A gasolina subiu 5% em junho, enquanto o etanol teve alta de 4,22%. Houve quedas, contudo, no diesel (-5,66%) e nas passagens aéreas (2,05%), mas sem força para reverter as altas da gasolina e do álcool.

O diesel caiu em razão do esforço do governo em controlar os preços. Desde que o governo concedeu benefícios fiscais, a ANP (Agência Nacional do Petróleo) fiscaliza se os postos estão repassando a queda. A gasolina, que teve altas congeladas na paralisação, voltou a subir em junho.

O gás encanado aumentou 2,37% e o de botijão, 4,08%. O gás de botijão aumentou porque houve falta do produto durante os protestos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Auditoria vai identificar custos da energia térmica

A mobilização dos caminhoneiros que paralisou o Brasil fez subir a inflação de junho, apontou nesta sexta-feira (6) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

São Paulo - O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) está na fase final de uma auditoria sobre um fundo que custeia a geração termelétrica no Norte do país por meio de encargos cobrados junto aos consumidores, a chamada Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

“O trabalho de auditoria encontra-se em fase de finalização, com possível publicação para o mês de agosto”, disse a CGU.

O levantamento começou após uma fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que apontou no ano passado que a estatal Eletrobrás teria de devolver cerca de R\$ 3 bilhões à CCC devido a repasses superiores ao devido a subsidiárias da companhia entre 2009 e 2016.

Distribuidoras da Eletrobrás, como a Amazonas Energia, recebem recursos do fundo para suportar os elevados custos de geração térmica em regiões ainda não conectadas ao sistema elétrico, os chamados “sistemas isolados”.

A Eletrobrás questiona a cobrança da Aneel e defende que teria recursos extras a receber do fundo, ao invés de dívidas.

A CGU priorizou o levantamento para avaliar o impacto financeiro da evolução no plano de privatizar a Eletrobrás.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Empresa do pré-sal espera leilão competitivo

A PPSA (Pré-Sal Petróleo), responsável por representar a União nos contratos de partilha, prevê atrair competição no próximo leilão para a venda de petróleo na Bolsa de São Paulo, previsto para ocorrer entre agosto e setembro, com regras mais atrativas, disse o presidente da empresa, Ibsen Flores.

Segundo o executivo, serão ofertados 1,8 milhão de barris de petróleo, mesmo volume oferecido no primeiro leilão, em maio, que não registrou lances de participantes.

A venda é importante para que o governo atinja sua meta de levantar R\$ 1 bilhão com a negociação de óleo e gás do pré-sal neste ano.

O pré-edital do novo certame deverá ser publicado na próxima semana, já de acordo com nova regulamentação disciplinada em portaria do fim de junho, que permite maior flexibilidade para potenciais ofertantes buscarem valores mais justos para a compra da commodity, segundo explicou o executivo.

“A nossa expectativa é que o próximo leilão tenha sucesso. Estamos trabalhando muito forte para a gente ter sucesso, com um valor justo pelo petróleo da União”, disse Ibsen.

No leilão anterior, a PPSA precisou impedir de última hora a possibilidade de venda do petróleo por um valor abaixo do preço de referência da commodity estipulado pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Bio-combustíveis).

Essa hipótese era prevista nas regras do certame, mas deixou de ser válida para o leilão em meio a mudanças em uma medida provisória sobre a comercialização de petróleo pela estatal então em tramitação no Congresso.

O certame teve a inscrição apenas da petroleira anglo-holandesa Shell, mas a companhia não efetivou uma proposta pela compra do petróleo.

Agora, a MP já foi transformada em lei e regulamentada, o que deverá aumentar a atratividade do leilão, segundo a PPSA.

“Por prudência, a gente entendeu fazer daquela forma. Hoje temos aportaria e ela dá uma condição mais ampla de venda”, disse Flores.

Segundo as regras da portaria que disciplina a comercialização, a PPSA deverá oferecer o petróleo em uma primeira etapa por um preço no mínimo igual ao preço de referência fixado pela ANP. Posteriormente, caso não haja interessados, a PPSA poderá na segunda etapa aceitar ofertas inferiores ao preço de referência fixado pela ANP, as quais deverão ser compatíveis com o valor de mercado.

Serão oferecidos três lotes, referentes à venda de produção estimada de um ano da União nos campos de Mero, Sapinhoá e Lula.

O presidente da PPSA ponderou, no entanto, que ainda há fatores que podem limitar a participação no próximo leilão, como oposição geográfica do Brasil, questões meteorológicas e o fato de não haver atualmente no país outros players que vendam petróleo em grande volume para terceiros dentro do território nacional, como a PPSA precisa fazer.

Potenciais candidatos a participar do leilão são operadoras que já atuam no pré-sal brasileiro, segundo explicou Flores, pontuando que está em contato com empresas do mercado para apresentar o próximo certame.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Consumidor paulistano ainda encontra gás sem aumento

O consumidor da cidade de São Paulo ainda consegue comprar o gás de cozinha sem reajuste.

Desde quinta-feira (5), o gás comercializado pela Petrobras está 4,4% mais caro, mas, em São Paulo, o valor maior não chegou aos clientes.

A intenção de revendedores ouvidos pela reportagem é elevar o preço a partir de segunda-feira (9).

Na Petrobras, o botijão de gás de 13 kg subiu de R\$ 22,13 para R\$ 23,10.

Pesquisa feita pela reportagem nas cinco regiões da capital paulista mostra que o botijão varia de R\$ 60 a R\$ 78,90, caso o consumidor vá até o local para comprá-lo.

Para entrega, o produto custa entre R\$ 70 e R\$ 92,90.

A zona leste concentra as lojas com o menor valor do produto.

Já na região central, são encontrados os maiores valores do botijão.

A política de reajuste da Petrobras mudou no ano passado, quando os preços do botijão podiam subir quase que diariamente.

Em janeiro, a estatal anunciou que alteraria essa política e o preço mudaria a cada três meses.

A medida foi adotada para conter a alta no produto, que chegou a 16% em 2017.

Essa mesma política de preços da Petrobras provocou a paralisação dos caminhoneiros em maio. Os manifestantes criticavam os reajustes diários praticados no diesel. E conseguiram segurar o preço também.

Agora

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Desconto no diesel fica abaixo de R\$ 0,46

Recuo do preço na bomba ficou entre R\$ 0,36 e R\$ 0,41 no País; governo deve gastar R\$ 9,5 bi este ano com subsídio

Pouco mais de um mês após a adoção da política de subvenção ao óleo diesel, o preço do combustível nas bombas recuou entre R\$ 0,36 e R\$ 0,41 em todo o País, segundo levantamento do Ministério da Fazenda feito até 3 de julho. A queda foi mais acentuada nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste e menor no Norte. Para o governo, a redução do preço em todas as regiões demonstra que o programa está funcionando.

Foi o que avaliou o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Mendes, em reunião no Congresso Nacional que discutiu o tema esta semana. O governo havia prometido aos caminhoneiros no fim de maio, para encerrar a paralisação, uma redução de R\$ 0,46 no preço do litro nas distribuidoras. O desconto menor na bomba é compreendido por representantes dos caminhoneiros.

O presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac) de Ijuí, Carlos Alberto Litti Dahmer, cita dois fatores para a diferença ser menor que a prometida: a tributação de cada Estado – em alguns, o valor de referência para a cobrança de ICMS não foi reduzido, o que dilui parte do corte prometido, e a mistura de 10% de biodiesel no diesel.

Para assegurar o desconto, que permanecerá até o fim deste mês, o governo gastou entre R\$ 0,14 e R\$ 0,30 por litro comercializado, de forma a amortecer os aumentos de preço das refinarias. Esse dinheiro sai da conta de subvenção criada especificamente para segurar a variação do preço do diesel até o fim do ano – até lá, o programa vai consumir R\$ 9,5 bilhões.

Pesquisa.

No período, a diferença entre o preço de comercialização e o preço de referência calculado pelo governo ultrapassou o R\$ 0,30 máximo de desconto em quatro dias.

Os dados foram exibidos em reunião da comissão mista do Congresso que analisa a Medida Provisória (MP) 838. Assinada pelo presidente Michel Temer no dia 30 de maio para encerrar a greve, ela cria um programa de subvenção para conter a oscilação do preço do diesel até o fim do ano. No entanto, a redução de 10% no valor do diesel (correspondente aos R\$ 0,46) ficou assegurada só por 60 dias.

A partir daí, o diesel terá apenas reajustes mensais, para dar “previsibilidade” aos motoristas. O relator da MP, Arnaldo Jardim (PPS-SP), só deve apresentar seu parecer em agosto, após o recesso parlamentar. Antes será necessário resolver como será a política de reajustes do diesel a partir do próximo dia 1.º. O assessor da diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Pietro Adamo Sampaio Mendes, informou que a entidade analisa 179 sugestões que recebeu para estabelecer a política que começará no próximo mês.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna/ RIO

Título: Petrobrás assina termo para retirar bloqueio à Odebrecht

Petroleira irá reavaliar o risco da empresa, o que pode reabrir para o grupo as portas para as licitações da estatal

Após três anos e meio sem chance de ter acesso aos milionários contratos da Petrobrás, o grupo Odebrecht deu ontem o primeiro passo para voltar a fazer parte dos fornecedores da empresa. A estatal anunciou que vai assinar um termo de compromisso com a antiga Odebrecht Óleo e Gás, que mudou de nome para Ocyan depois da Operação Lava Jato. Com isso, a Petrobrás irá reavaliar o risco de integridade da empresa, uma espécie de selo de qualidade que pode reabrir as portas para as licitações da companhia.

Já a antiga Construtora Norberto Odebrecht, hoje Odebrecht Engenharia e Construção, terá de esperar mais tempo para ser reavaliada. Antes, terá que cumprir pontos específicos de melhoria no seu programa de integridade. O bloqueio do grupo Odebrecht nas licitações da Petrobrás ocorreu em 29 de dezembro de 2014, depois que a Lava Jato encontrou indícios de formação de

cartel e corrupção nos contratos entre 2004 e 2014. Segundo a Polícia Federal, a Odebrecht teria sido responsável pelo desvio de R\$ 7 bilhões da Petrobrás, valor que não é confirmado pela estatal.

Em seu balanço, a Petrobrás acusa perdas de R\$ 6,6 bilhões por todos os desvios decorrentes de operações investigadas pela Lava Jato. De acordo com a Petrobrás, a Ocyon se tornou elegível após ter firmado acordos de leniência com o Ministério Público Federal e com as autoridades americanas, “assim como por ter adotado um conjunto de medidas de prevenção, detecção e remediação de atos de fraude e corrupção, que foram verificadas pela Petrobrás”, disse em nota.

A Ocyon prevê que após a reavaliação do seu grau de integridade – que hoje está abaixo do exigido pela petroleira – poderá participar em processos licitatórios da Petrobrás para ativos de produção como plataformas, sondas de perfuração, infraestrutura submarina e serviços de manutenção de equipamentos marítimos.

A Odebrecht S.A., que responde pela Odebrecht Engenharia e Construção, acredita que a janela aberta pela estatal é o reconhecimento pela série de medidas tomadas pelo grupo nos últimos dois anos para punir qualquer tentativa de desvio ou crime. “É a confirmação de que a Odebrecht está no caminho certo rumo a um novo ciclo de crescimento”, afirmou em nota.

Entre as ações adotadas, a Odebrecht aponta o uso frequente de auditoria interna e treinamento anticorrupção de funcionários. Além disso, a empresa aumentou o número de conselheiros independentes nos Conselhos de Administração, tanto na Odebrecht S.A. como nas suas controladas.

MME / ASCOM .